



a) – Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal**, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa, cuja comprovação será exigida somente para efeito de assinatura de contrato ou instrumento que o substitua.

b) – A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 2º do art 43, da Lei Complementar 123/2006, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízos das sanções prevista no art 81 da Lei de Licitações e Contratos 8.666/93, de 21 de junho, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4- DO ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO

4.1 – Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados a **Comissão de Licitação**, no endereço e/ou fax, constado nas preliminares deste Edital.

4.2 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública,

4.3 - Até 02(dois) dias antes da data fixada para abertura do certame, qualquer pessoa poderá impugnar o Ato Convocatório.

4.4 – O pedido de Impugnação deverá ser realizado e encaminhado ao pregoeiro responsável conforme determina a Lei,

4.5 – Os pedidos de impugnação aos termos editalícios deverão ser protocolados junto ao Protocolo da Secretaria Municipal de Administração, nos termos do artigo 41§ 1º, 2º, 3º 4º da Lei 8.666/93.

4.6 – Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas, conforme determina a Lei.

5 – DOS ENVELOPES “PROPOSTA COMERCIAL” e “HABILITAÇÃO”.

5.1 - Os envelopes “Proposta Comercial” e “Habilitação” deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues ao **Pregoeiro**, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados.

5.2 – A **Comissão de Licitação** não se responsabilizará por envelopes de “Proposta Comercial” e “habilitação” que não sejam entregues ao Pregoeiro designado, no local, data e horário definido no preâmbulo.

5.3 – Os envelopes indicarão em sua parte externa e frontal os dizeres de quais documentos se encontram inseridos, conforme segue:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2017
ENVELOPE N.º 01 – PROPOSTA COMERCIAL
PROPONENTE:.....

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2017
ENVELOPE N.º 02 – HABILITAÇÃO
PROPONENTE:.....

6- DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS



6.1 - Os documentos a serem apresentados deverão:

a) - Quando cópias, conter registro de autenticação efetuados em cartório ou por servidor da Prefeitura de Cachoeirinha - TO, neste último constar data e matrícula;

b) – ser encadernados, de modo a não conter folhas soltas, sem emendas, acréscimos, numerados seqüencialmente em ordem crescente, em uma única via; sem borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo.

c) - quando proposta, conter rubrica em todas as folhas do responsável constituído;

6.2 – Os documentos expedidos via on-line (internet), no qual possam ser aferidos por meio eletrônico, dispensam autenticação.

6.3 - Não serão autenticados documentos na sessão da licitação.

7 – DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

Os envelopes de propostas comerciais indicarão em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2017
ENVELOPE N.º 1 – PROPOSTA COMERCIAL
PROPONENTE:.....

7.1 - A proposta comercial deverá ser datilografada ou emitida através de editor de texto eletrônico, em uma via, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, sendo a última página assinada pelo representante legal da empresa, e deverão conter:

7.1.1 - Nome, número do CNPJ, endereço, telefone e fax vigente da empresa proponente;

7.1.2 - Prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias a contar da data marcada para a abertura da sessão;

7.1.2 - Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista nesta **Edital**

7.1.3 – Nos preços deverá ser indicado o valor unitário e total em moeda corrente nacional apresentado apenas duas casas decimais, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, ficando tal como proposta o valor por item;

7.1.4 - **Especificações detalhadas do objeto proposto conforme Termo de Referência (ANEXO I);**

7.1.5 – Prazo de pagamento de 30 (trinta) dias após atesto da nota fiscal;

7.1.6 - Todas as despesas com, tributos ou quaisquer outros encargos, diretos ou indiretos, serão de responsabilidade do licitante, devendo estar incluídas na composição do preço das cestas;

7.1.7 - Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro;

7.1.8 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente Edital e seus anexos, que sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento;



7.1.9 – A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

8 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 - O Envelope II deverá conter, obrigatoriamente, documentos que comprovem os requisitos legais para a **Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira, Regularidade Fiscal e Trabalhista**.

8.2 Deverão estar todos em nome do estabelecimento (matriz ou filial) que efetivamente apresentar a proposta de preços.

8.3 O documento que não mencionar prazo de validade ou data de vencimento será considerado válido pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua expedição.

8.4 Para comprovação da **Habilitação Jurídica** os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores (em se tratando de MEI o licitante deverá apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual);
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.5 Para a comprovação da **Qualificação Econômico-Financeira**, os licitantes deverão apresentar:

8.5.1 certidões negativa de falência ou concordata expedida pelo cartório distribuidor da sede da empresa.

8.5 Para a comprovação da **Regularidade Fiscal e Trabalhista** os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Certidão negativa ou positiva, com efeito, de negativa de quitação de tributos federais, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal;
- c) Certidão negativa ou positiva, com efeito, de negativa quanto à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- d) Certidão negativa ou positiva, com efeito, de negativa quanto aos tributos Estadual, relativamente à sede ou domicílio do proponente;
- e) Certidão negativa ou positiva, com efeito, de negativa quanto aos tributos Municipal, relativamente à sede ou domicílio do proponente
- f) Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.



8.6.1 A certidão negativa ou positiva, com efeito, de negativa quanto aos tributos distritais substitui os documentos dos itens 8.7 "e".

8.7. - Sob pena de inabilitação, os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados no original ou cópia autenticada, não será aceitando documentos em forma de 'FAX' e nem a apresentação de protocolo em substituição a documento solicitado.

8.7.1 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

- a) em nome do licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo;
- b) em nome da sede (matriz), se o licitante for à sede (matriz);
- c) em nome da filial, se o licitante for a filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da sede (matriz).

8.7.2 A comprovação do cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal se dará através da Declaração firmada pelo licitante conforme Modelo III.

8.7.3. Para a comprovação da **Regularidade Pessoa Física** os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Documento de Identidade;
- b) Cadastro Pessoa Física (CPF);
- c) Certidão de Regularidade de débito com a Fazenda Municipal da sede da licitante;
- d) Certidão de Regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede da licitante;
- e) Certidão de Regularidade de débito com a Fazenda Federal; (unificada ou não)
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- g) Certidão de Execução Patrimonial.
- h) E as Declarações que se fizerem necessários anexos deste Edital.

9 – DA SESSÃO DO PREGÃO E DO CREDENCIAMENTO

9.1 - Os participantes do pregão deverão comparecer com antecedência mínima de 10 (dez) minutos do horário previsto para o início da sessão.

9.2 – O Pregoeiro declarará aberta à sessão do PREGÃO em data e hora pré-definido no edital, não cabendo mais apresentação de envelopes.

9.3 - Da sessão lavrar-se-á a ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos e ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos licitantes.

10 – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

10.1 - Os envelopes contendo as Propostas Comerciais serão abertos e estas verificadas se atendem a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

10.2 - O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor valor e aqueles que tenham apresentado propostas sucessivas e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor, para participarem dos lances verbais.



10.2.1 - Se não houver, no mínimo, 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas;

10.3 – Caso haja empate nas condições definidas no subitem 10.2, as propostas com valores empatados serão classificadas para a fase de lances verbais.

10.4 - Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item.

11 – DOS LANCES VERBAIS

11.1 - Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, com valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior valor classificado e os demais em ordem decrescente de classificação.

11.2 – A declaração de desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último valor apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas, incluindo-se nesta prerrogativa os interessados inseridos na Lei Complementar nº. 123/2006.

11.3 – Caso não seja realizado lances, será verificado se os valores são superiores ao mínimo estabelecido pela administração;

11.3 – Assim como nas propostas, os lances serão ofertados de maior desconto,

12 – DO JULGAMENTO

12.1 - O critério de julgamento será o de **Menor Preço por Item.**

12.2 - Declarada encerrada a etapa competitiva de lances, as ofertas serão ordenadas para classificação a partir do menor valor ofertado.

12.3 - O Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira proposta classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

12.3.1 - Sendo aceitável a proposta de menor valor, será aberto o envelope contendo a habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

12.3.2 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos de habilitação requeridos no presente Edital.

12.3.3 - Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as demais propostas subseqüentes classificadas, verificando a sua aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, procedendo a verificação das condições de habilitação do proponente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital, para o qual apresentou proposta.

12.3.4 – Excetua-se o vencedor de menor preço, inserido na condição estabelecida de favorecido, no qual será concedido o prazo de dois dias úteis para regularização de seus documentos de Habilitação.

12.3.5 – Não havendo a regularidade dos documentos de habilitação, o licitante será considerado inabilitado, sem prejuízo das sanções cabíveis.

12.3.6 - Em havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

12.3.7 - Casos não se realizem lances verbais, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor valor ofertado que contemple as condições do Edital.



12.3.8 - Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro deverá negociar para que seja obtido um maior desconto.

12.3.9 – Será considerada, a proposta de preço escrita, como valor proposto acabado e final do licitante que, caso classificado para os lances verbais, não esteja representado em sessão.

13 – DOS RECURSOS

13.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

13.2 - As razões de recurso deverão versar exclusivamente sobre o tópico questionado verbalmente durante a sessão.

13.3 - Na falta de manifestação imediata e motivada, no momento oportuno, o licitante decairá do direito de recurso.

13.4 - Os recursos serão decididos no prazo de 02 (dois) dias úteis.

13.5 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6 - O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos da Comissão Geral de Licitação.

14 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1 - Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pelo Ordenador de despesa.

14.2 - Havendo interposição de recurso, após o julgamento, a Autoridade Competente adjudicará o objeto da licitação e o ordenador de despesa homologará o procedimento licitatório ao licitante vencedor.

15 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 – A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 meses (um) ano a contar de sua publicação, conforme **ANEXO II**.

15.2 – A publicação da Ata de Registro de Preços se dará em imprensa Oficial do Município de Cachoeirinha/TO, pelo prazo de cinco dias úteis.

15.3 - Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial do Município, pelo prazo de cinco dias úteis.

15.4 – Após homologação pelo Ordenador de despesa, serão convocados os vencedores do certame para a assinatura da Ata de Registro de Preços no qual terá efeito de compromisso pelo período de sua validade.

16 – DO CONTRATO

16.1 - O instrumento contratual será substituído pela Nota de Empenho, na forma do § 4º do art. 62 da Lei 8.666/93 e art. 11 do Decreto Federal n.º 3.931/01, Decreto Municipal n.º 027/2017, visto tratar-se de compra com entrega imediata e integral dos materiais adquiridos.



16.2 - Fica facultado à Administração, quando o vencedor não aceitar ou não retirar a Nota de Empenho, no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições estabelecidas no encerramento de seus lances verbais e registradas em Ata de Registro de Preços.

16.3 - Aplicam-se, no que couberem, as disposições contidas nos arts. 54 a 88 da Lei 8.666/93, independentemente de transcrição.

16.4 - As despesas com a presente aquisição correrão à conta das Secretarias Municipais nas dotações orçamentárias conforme Termo de Referência "item 5"..

17 - DA EXECUÇÃO DO OBJETO

17.1 O objeto deverá ser executado conforme condições do Termo de Referência constante no ANEXO I.

17.2 A empresa detentora do registro de preços deverá atender às determinações do Termo de Referência e estar preparada para a realização dos serviços, após o recebimento da Nota de Empenho, conforme gestão da Ata de Registro de Preços.

17.3 Fica a empresa obrigada a realizar o serviço com comprovada qualidade, obedecidas as normas de padronização e qualificação aplicáveis em cada caso.

17.4 O serviço prestado em desacordo com o Edital será rejeitada e deverá ser substituída, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

17.5 Todo o transporte a ser efetuado para a entrega do objeto e demais despesas, diretas e indiretas, relativas à execução do objeto, serão suportadas pelo adjudicatário, correndo por conta do mesmo o risco integral da operação.

18 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 - As penalidades pelo não cumprimento total ou parcial do fornecimento, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, são:

a) - Multa de 10% (dez por cento) do valor global contratado, no caso de inexecução total da obrigação;

b) - Multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação, inclusive no caso de reposição do objeto rejeitado;

c) - Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, no caso de inexecução diária do fornecimento do objeto desta licitação, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;

d) - Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Cachoeirinha/TO, pelo prazo que for fixado pela Administração em função da natureza e da gravidade da falta cometida;

e) - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, considerando, para tanto, reincidências de faltas, sua natureza e gravidade.

18.2. Quando o proponente não aceitar ou não retirar o empenho na forma estabelecida no item 16.2, estará sujeito à multa do item 18.1"a" e à penalidade do item 18.1"d" ou 18.1"e", além de decair o direito ao fornecimento do objeto.

18.3 As multas aplicadas serão descontadas do pagamento devido pela Prefeitura ou, não sendo possível, deverão ser recolhidas pelo licitante em até 30 (trinta) dias, contados da intimação, sob pena de inscrição em Dívida Ativa para cobrança judicial.

18.4 A aplicação das multas independerá de qualquer interpelação administrativa ou judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.



18.5 As multas e penalidades serão aplicadas pelo órgão ordenador da despesa, através da **Assessoria Jurídica do Município**, sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou de processo administrativo.

18.6 O proponente será cientificado, por escrito, da multa aplicada, ficando com o prazo de 05 (cinco) dias para, se o desejar, recorrer ao órgão ordenador da despesa.

18.7 Pela inobservância dos termos deste Edital poderá haver a incidência das penalidades de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

19 – DA EXTENSÃO DAS PENALIDADES

19.1 - A suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública, além das penalidades civis, penais e criminais, poderão ser também aplicadas àqueles que:

- a) retardarem a execução do Pregão;
- b) manifestarem grave ofensa à autoridade condutora da sessão e/ou equipe de apoio no uso de suas atribuições;
- c) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração;
- d) apresentarem declaração ou qualquer documento falso/inidôneo, fraudado ou cometerem fraude fiscal.
- e) Aliciar demais concorrentes ou formar conluio entre interessados.
- f) Não cumprir com as solicitações efetuadas pela Prefeitura Municipal de Cachoeirinha.

20 – DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da proposta e da habilitação, não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos, no qual poderá ser encaminhado para execução conforme os dispostos 18 e 19.

20.2 - A simples participação neste certame implica em aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

20.3 - É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela depois de aberta a sessão do Pregão.

20.4 - A contratada não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto avençado.

20.5 - A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

20.6 - O Pregoeiro, no interesse da administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na proposta e habilitação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, para esse fim específico.

20.7 - Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição, o Pregoeiro devolverá aos licitantes, julgados desclassificados, os envelopes "HABILITAÇÃO" inviolados, no encerramento da licitação.



GOVERNO MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – TO

CNPJ: 25.064.064/0001-87

AV. 21 de Abril, nº 1525 – Centro,

CEP: 77915-000-FONE: (63) 3437-1248



20.8 A impugnação ao presente Edital somente será considerada se apresentada ao protocolo da COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

20.9 – Os casos omissos serão submetidos a parecer jurídico da Assessoria Jurídica do Município.

20.10 - Informações complementares que visem obter maiores esclarecimentos sobre o presente pregão serão prestadas pela Comissão Geral de Licitação, no horário das 12h00min às 18h00min, de segunda a sexta-feira, pelos telefones Fax (63) 3437-1248.

Cachoeirinha – TO, 09 de março de 2017.

Luana Nogueira Lopes
Pregoeira



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
SOLICITAÇÃO DE COMPRAS DE BENS E SERVIÇOS
(art. 14 da Lei nº 8666/93)

Cachoeirinha – TO, 09 de março de 2017.

1. DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Administração
Fundo Municipal de Assistência Social
Fundo Municipal de Assistência Saúde.

2. OBJETO:

2.1 - O presente Termo de Referência tem como finalidade promover o **REGISTRO DE PREÇOS** para futuras contratações de prestação de serviços de sonorização volante em divulgação de matéria de interesse dos órgãos ligado a prefeitura Municipal de Cachoeirinha, cujas especificações e quantitativos, de acordo com item 06, deste Termo de Referência.

3. RECURSOS VINCULADOS: Não

4. JUSTIFICATIVA:

Em função do calendário cultural (Carnaval, Aniversário de Cachoeirinha, São João, Temporada de Praia Réveillon e outros) e publicações das ações da educação e cultura, executado por este município, que demanda serviços da mesma natureza em um curto intervalo de tempo, justificamos a necessidade da realização de um pregão para registrarmos preços para os itens relacionados abaixo.

4.1 – Justifica-se a contratação dos serviços para atendimento das necessidades na realização na divulgação de eventos e ações de responsabilidade desta Municipalidade, pelo período de 01 (um) ano.

5. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA:

04.122.0401-2003	3.3.90.39.00	Gabinete do prefeito
04.061.0201.2101	3.3.90.39.00	Manutenção do dep. jurídico
04.122.0402.2004	3.3.90.39.00	Sec. Municipal de Administração.
04.122.0403.2005	3.3.90.39.00	Manutenção coletoria.
04.124.0052.2007	3.3.90.39.00	Manutenção controle interno
04.243.0122.2062	3.3.90.39.00	Manutenção conselho tutelar.
26.782.1202.2064	3.3.90.39.00	Manutenção da secret. Mul. Transportes
27.812.0720.2065	3.3.90.39.00	Manutenção da secret. Mul. Esportes
12.361.1005.1059	3.3.90.39.00	Manutenção do transporte escolar
12.361.1204.2067	3.3.90.39.00	Sec. Municipal de educação.
15.452.0504.2022	3.3.90.39.00	Manut.do depart.de obras e urbanismo
18.244.0125.2028	3.3.90.39.00	Manut da secret. De meio ambiente
04.123.0060.2069	3.3.90.39.00	Manut. Da secretaria da fazenda
20.244.0125.2070	3.3.90.39.00	Manutenção da lavoura comunitária
20.244.0125.2073	3.3.90.39.00	Manutenção da secret. Agricultura
10.302.1315.2012	3.3.90.39.00	Fundo Municipal de Saúde.
10.302.1315.2066	3.3.90.39.00	Manut. Sec. Municipal de saúde.
10.301.1314.2050	3.3.90.39.00	Manut. Agente comunitário de saúde
10.301.1314.2071	3.3.90.39.00	Manut. Do PSF
10.301.1314.2098	3.3.90.39.00	Manutenção do PMAQ
10.301.1320.2120	3.3.90.39.00	Manut. Programa saúde na escola
10.304.1316.2013	3.3.90.39.00	Manut. Da vigilância sanitária.
10.305.1316.2103	3.3.90.39.00	Manut. Da vigilância epidemiológica
10.512.0611.2027	3.3.90.39.00	Manut.do SIST. saneamento geral



08.244.0125.2009	3.3.90. 39.00	Fundo Municipal de Assistência Social.
08.244.0125.2068	3.3.90. 39.00	Manut. Do CRASS

6. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES.

Item	Qtd	Un	Especificação	Vlr Unit	Vlr Item
01	800	hrs	Serviço de sonorização volante com capacidade entre 50 a 65 decibéis, com disponibilidade de no mínimo 01 veículo para realização dos serviços.	50	40.000,00
02	150	hrs	Prestação de serviços de Sonorização para cobrir eventos e de difusão cultural no município de Cachoeirinha/TO.	130	19.500,00
03	80	serv	Gravação de spoiler no formato MP3.	55	4.400,00

7. VALOR ESTIMADO:

7.1 - O valor total estimado para esta compra é de R\$: 63.900,00 (sessenta e três mil e novecentos reais), obtido através de pesquisa de mercado, conforme previsto na lei 8.666/93.

8. PRAZO PARA ENTREGA.

8.1 – Os Serviços deverão ser entregues, conforme necessidades das Secretarias Municipais, a qual formulará os pedidos via fax ou similar.

8.2 – Os serviços deverão ser realizados no prazo máximo de 12(horas) após o recebimento do pedido.

9 LOCAL DE ENTREGA

9.1 – O serviço será realizado de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais, mediante empenho fornecido pela contratante, com local e horário designado pela equipe deste Órgão.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.1 – Comunicar a Prefeitura municipal de Cachoeirinha – TO, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

10.3 – Manter informada a Prefeitura de Cachoeirinha – TO, quanto a mudanças de endereço, telefones, fax e e-mail de seu estabelecimento.

10.4 Os Serviços deverão ser montados no prazo máximo de 12 horas de antecedência do início do evento, em dia, local e horário indicados pela contratante;

10.5 Durante o período de contrato todas as despesas inerentes à contratação desses serviços, correrão por conta da empresa **CONTRATADA**, inclusive danos à terceiros ou mesmo à patrimônio da Prefeitura Municipal de Cachoeirinha.

10.6 Entregar com pontualidade os serviços solicitados;

10.7 Atender com prontidão as reclamações por parte da contratante, objeto da presente licitação;

10.8 Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;



10.9 Fornecer os serviços de acordo com as especificações e condições previstas deste Termo de Referência;

10.10 Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 são obrigações da CONTRATANTE

10.11 – O não cumprimento das condições estabelecidas neste Edital e nos seus anexos por parte da mantenedora implicará na sua desclassificação e a imediata convocação das remanescentes, sem prejuízos das sanções cabíveis.

11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

11.1 – Requisitar com antecedência mínima de 12 (doze) horas do horário determinada para a realização dos serviços.

11.2 – Fiscalizar a execução desta ata, apontado vícios e defeitos, e determinar as correções e substituições fora das especificações da proposta vencedora.

11.3 Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato;

11.4 Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

11.5 Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

11.5 – Efetuar os pagamentos de faturas/notas Fiscais, nos termos previsto em Ata.

12. ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:

Carimbo/Assinatura

13. APROVAÇÃO DO VALOR ESTIMADO/COTAÇÃO

Valor estimado R\$ R\$: 63.900,00.

Carimbo/Assinatura

<p>14. SETOR SOLICITANTE</p> <p>Data: <u>09/03/17</u></p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>Carimbo/Assinatura Edivaldo Paulino Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Orçamento Decreto Nº 01/2017</p>	<p>15. ORDENADOR DA DESPESA</p> <p>Declaro, como ordenador de Despesas, para os fins do art. 16, inciso II da LC nº 101, de 4/5/2000, que a presente despesa tem adequação orçamentária, financeira e está compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes orçamentária.</p> <p>Data: <u> / / </u></p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>Carimbo/Assinatura Paulo Macedo Dumacena PREFEITO MUNICIPAL Cachoeirinha - TO</p>	<p>16. PREFEITO MUNICIPAL</p> <p>Autorizo a despesa, observada as normas legais</p> <p>Data: <u> / / </u></p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>Carimbo/Assinatura Paulo Macedo Dumacena PREFEITO MUNICIPAL Cachoeirinha - TO</p>
--	--	---



ANEXO II

Minuta de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO Nº 020/2017

Processo nº 020/2017

Pregão Presencial nº 020/2017

Ata de Registro de Preço nº xxxxxxxx

Validade 12 meses

O MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA – TO, instituição de direito público, inscrita no Ministério da Fazenda sob o nº 25.064.064/0001-87, com sede na Avenida 21 de Abril, nº 1525, Centro, Cachoeirinha, Estado do Tocantins, neste ato representado pelo Senhor **Edivaldo Paulino**, Secretário de Administração de Cachoeirinha – TO, inscrito no CPF: 277.895.648-46, conforme Portaria nº 001/2017.

Resolve:

Registrar os preços para futura prestação dos serviços a seguir relacionados, proveniente da sessão publica do pregão de forma presencial n.º xx/xxxx, sucedido em xx/xx/xxxx, às xx:xx.

1. DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente Ata decorre da Homologação do Sr. Prefeito Municipal de Cachoeirinha/TO - TO constantes nos autos do processo acima citado, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 (inclui-se em todas as alterações promovidas, no que couber).

2. DOS CONTEMPLADOS EM 1º LUGAR

Fornecedor	CPF/CNPJ	Valor

3. OBJETO: Constitui objeto da presente Ata a **futuras contratações de prestação de serviços de sonorização volante em divulgação de matéria de interesse dos órgãos ligado a prefeitura Municipal de Cachoeirinha**, mediante as condições estabelecidas neste Edital. **Conforme Termo de Referencia constantes no Anexo I deste edital.**

Item	Descrição do Objeto	Quant	Empresa	Valor unitário	Valor total

Fica expressa que todas as despesas geradas serão de inteira responsabilidade do fornecedor registrado, inclusive as obrigações previdenciárias e trabalhistas;

4. VALIDADE E REAJUSTAMENTO

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação em imprensa oficial da Prefeitura de Cachoeirinha – TO.

Poderá a Administração, mesmo comprovada a ocorrência mencionada no parágrafo anterior, optar por cancelar a Ata e providenciá-lo em outro procedimento licitatório.



Fica facultada a Administração em firmar as contratações que poderão advir, pela Ata de Registro de Preços, podendo ser adquirido o mesmo objeto ora registrado, por outros meios previstos legalmente.

Caso evidenciado que o valor registrado em Ata tornar-se superior ao praticado no mercado será convocado o classificado em primeiro lugar, para negociações, e sendo esta frustrada, convocaram-se os remanescentes pela ordem de classificação para assim fazê-lo.

Caso evidenciado que o valor registrado em Ata tornar-se inferior ao praticado no mercado, e o vencedor classificado em primeiro lugar declarar a impossibilidade de fornecimento nos preços registrados, este será liberado do compromisso, sem aplicações de penalidades, sendo os demais remanescentes convocados, em ordem de classificação para assim fazê-lo.

5. DAS PENALIDADES

Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, a classificada em primeiro lugar, poderá sujeitar às penalidades seguintes:

- a) - multa de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;
- b) - multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- c) - multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, no caso de inexecução diária do objeto deste contrato, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;
- d) - suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Cachoeirinha/TO, pelo prazo que for fixado pela Administração em função da natureza e da gravidade da falta cometida, conforme previsto nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02, Lei municipal nº 348 de 10 de maio de 2011 e Decreto Municipal nº 016/2011 e Leis subsidiárias;
- e) - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, considerando, para tanto, reincidências de faltas, sua natureza e gravidade.

A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, devidamente autuado, e que assegure o contraditório e a ampla defesa, conforme os preceitos legais da Lei 8.666/93.

6. DO CONTRATO

O instrumento contratual será substituído pela Nota de Empenho, na forma do § 4º do art. 62 da Lei 8.666/93 e art. 11 do Decreto Federal n.º 3.931/01 e Decreto Municipal n.º 027/2017, visto tratar-se de compra/ serviços com entrega imediata e integral.

A Nota de Empenho será enviada pela Secretaria Municipal de Solicitante da Prefeitura de Cachoeirinha – TO, ao licitante vencedor do certame, ou, quando convocado, o mesmo deverá retirá-lo prazo máximo de dois dias úteis, contados da notificação.

O não cumprimento das condições estabelecidas neste Edital e nos seus anexos por parte da mantenedora desta Ata implicará na sua desclassificação e a imediata convocação das remanescentes, sem prejuízos das sanções cabíveis

Fica facultado à Administração, quando o vencedor não aceitar ou não retirar a Nota de Empenho, no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições estabelecidas no encerramento de seus lances verbais e registradas na Ata de Registro de Preços.

Aplica-se, no que couber, a disposição contida nos arts. 54 a 88 da Lei 8.666/93, independentemente de transcrição.



As despesas com a presente aquisição correrão à conta da Secretaria Municipal apresentada no item 05 do Termo de Referência, na dotação orçamentária consignada no projeto/atividade:

04.122.0401-2003	3.3.90.39.00	Gabinete do prefeito
04.061.0201.2101	3.3.90.39.00	Manutenção do dep. jurídico
04.122.0402.2004	3.3.90.39.00	Sec. Municipal de Administração.
04.122.0403.2005	3.3.90.39.00	Manutenção coletoria.
04.124.0052.2007	3.3.90.39.00	Manutenção controle interno
04.243.0122.2062	3.3.90.39.00	Manutenção conselho tutelar.
26.782.1202.2064	3.3.90.39.00	Manutenção da secret. Mul. Transportes
27.812.0720.2065	3.3.90.39.00	Manutenção da secret. Mul. Esportes
12.361.1005.1059	3.3.90.39.00	Manutenção do transporte escolar
12.361.1204.2067	3.3.90.39.00	Sec. Municipal de educação.
15.452.0504.2022	3.3.90.39.00	Manut.do depart.de obras e urbanismo
18.244.0125.2028	3.3.90.39.00	Manut da secret. De meio ambiente
04.123.0060.2069	3.3.90.39.00	Manut. Da secretaria da fazenda
20.244.0125.2070	3.3.90.39.00	Manutenção da lavoura comunitária
20.244.0125.2073	3.3.90.39.00	Manutenção da secret. Agricultura
10.302.1315.2012	3.3.90.39.00	Fundo Municipal de Saúde.
10.302.1315.2066	3.3.90.39.00	Manut. Sec. Municipal de saúde.
10.301.1314.2050	3.3.90.39.00	Manut. Agente comunitário de saúde
10.301.1314.2071	3.3.90.39.00	Manut. Do PSF
10.301.1314.2098	3.3.90.39.00	Manutenção do PMAQ
10.301.1320.2120	3.3.90.39.00	Manut. Programa saúde na escola
10.304.1316.2013	3.3.90.39.00	Manut. Da vigilância sanitária.
10.305.1316.2103	3.3.90.39.00	Manut. Da vigilância epidemiológica
10.512.0611.2027	3.3.90.39.00	Manut.do SIST. saneamento geral
08.244.0125.2009	3.3.90.39.00	Fundo Municipal de Assistência Social.
08.244.0125.2068	3.3.90.39.00	Manut. Do CRASS

- Recursos Próprios/Fundos.

7. VALOR E PAGAMENTO

Pelos serviços efetivamente realizados, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os preços constantes nos preços registrados nesta ata, salvo alterações conforme notificações inseridas em reajustamentos.

Fica expressamente estabelecido que os preços contratados incluam todos os custos diretos e indiretos para a completa execução do avençado.

Os pagamentos devidos ao licitante serão efetuados em moeda corrente nacional, mensalmente e de acordo com as quantidades executadas.

Os pagamentos deverão ser efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias da data da entrada das notas fiscais do Protocolo da **PREFEITURA**, após as mesmas serem conferidas e atestadas pelo responsável na Secretaria Municipal de Finanças fica facultada à **PREFEITURA** a antecipação de pagamentos de notas fiscais, mediante descontos previamente acordados.

8. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA:

O serviço será realizado de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais, mediante empenho fornecido pela contratante, com local e horário designado pela equipe desta Secretaria.

9. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



É permitida a inclusão nesta ata de qualquer órgão da Administração Pública que apresentar pedido de inclusão junto a Comissão de Licitação da Prefeitura de Cachoeirinha/TO, onde houver autorização formal do licitante em atendê-la, nas mesmas condições nela estabelecidas.

10. TRIBUTOS

São de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** os ônus tributários e encargos sociais resultantes deste Contrato, inclusive os decorrentes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social.

Em caso algum, a **CONTRATANTE** pagará indenização à **CONTRATADA** por encargos resultantes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social, oriundo de Contrato entre a mesma e seus empregados.

11. FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da cidade de Ananás/TO, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

Reger-se-á a presente Ata de Registro de Preços, no que for omissivo, pelas disposições constantes na Lei nº 10.520/2002, Lei Municipal nº 348 de 10 de maio de 2011, Decreto Municipal nº 027 de 10 de janeiro de 2017, Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, e no **processo nº 020/2017**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHATO, no dia xx de xxxxxxxx 2017.

Edivaldo Paulino
Secretário de Administração

Luana Nogueira Lopes
Pregoeiro

Raimundo Pereira de Sousa Cortez
Equipe de Apoio

Adão Pereira de Oliveira
Equipe de Apoio

EMPRESAS



**MODELO I
DO CREDENCIAMENTO**

A (nome da empresa)/Eu, CNPJ nº, com sede à, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto a Prefeitura Municipal de Cachoeirinha (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de pregão presencial nº 020/2017 (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, subestabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).

Local e data

_____ assinatura



MODELO II

CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO E ACEITE DAS CONDIÇÕES DO EDITAL

A empresa, CNPJ nº, com sede à, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos para habilitação ao Pregão Presencial nº 020/2017, assim como, conhece e aceita todas as condições estabelecidas no instrumento convocatório da referida licitação.

Local, data e assinatura

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa

MODELO



MODELO III

COMPROVAÇÃO DE ATENDIMENTO DO INC. XXXIII DO ART. 7º DA CF

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Na Forma Presencial N° _____/2017

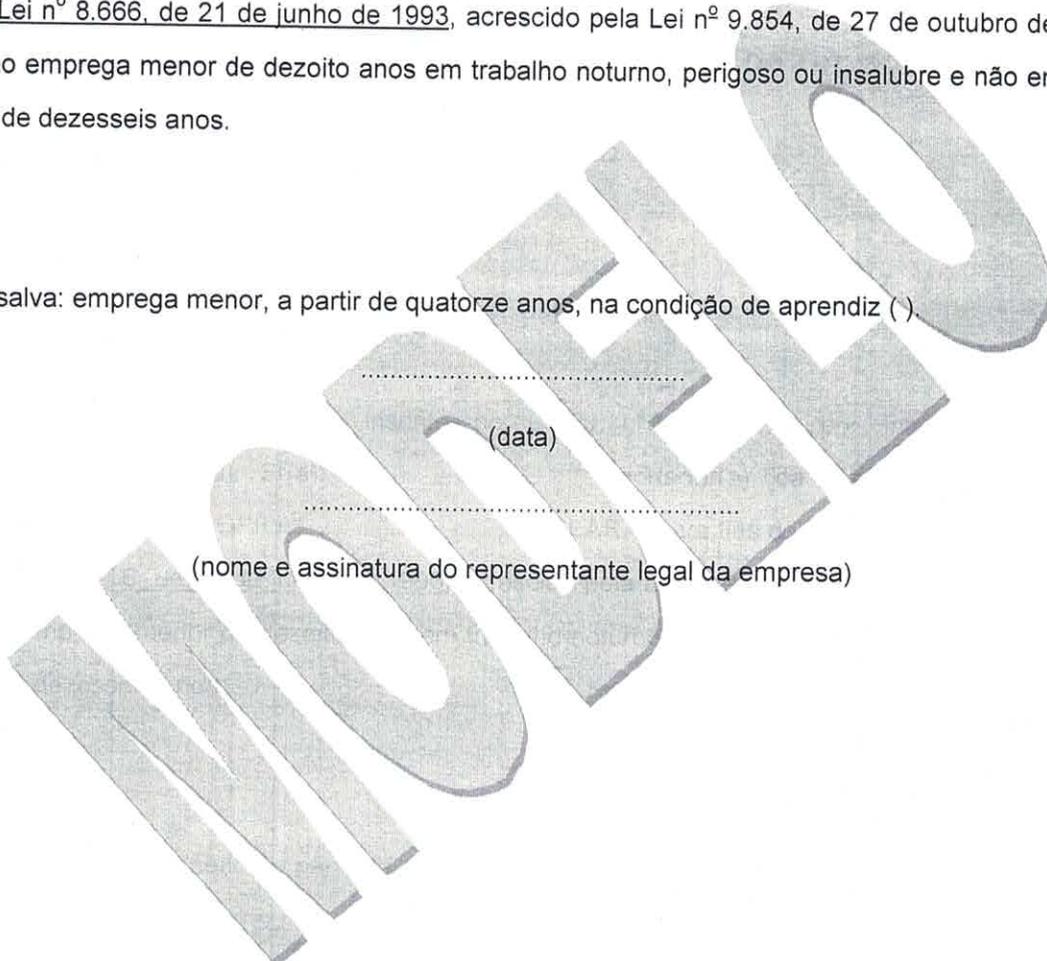
À Prefeitura Municipal de CACHOEIRINHA -TO

A empresa, inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

***Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

.....
(data)

.....
(nome e assinatura do representante legal da empresa)





GOVERNO MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – TO
CNPJ: 25.064.064/0001-87
AV. 21 de Abril, nº 1525 – Centro,
CEP: 77915-000-FONE: (63) 3437-1248



MODELO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES
IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

CACHOEIRINHA -TO,de de 2017.
Ref. PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL N.º /2017.
Proponente: (razão social da empresa proponente)

Objeto Licitado:
(discrição do objeto)

Declaramos, sob as penalidades legais, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprovem a idoneidade da proponente, nos termos do § 2º do art. 32 e do art. 97 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações subsequentes, relativamente ao Edital em epígrafe.

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa



MODELO V
FORMULÁRIO DE MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

NOME DA EMPRESA:
 ENDEREÇO:
 CIDADE:.....ESTADO:.....
 CNPJ N.:

Referente: Pregão Presencial n.º 020/2017

A presente proposta tem como objeto a prestação do(s) item(s) abaixo discriminado(s), de acordo com as especificações constantes do edital licitatório referente ao pregão em epígrafe.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total

O valor total da presente proposta é de R\$......(.....).

de entrega da proposta. Prazo de validade da proposta: 60(sessenta) dias, contados à partir da data

Atenciosamente,

_____, ____ de _____ de ____

 (Assinatura do responsável)



PARECER JURÍDICO NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Cachoeirinha/TO consulta-nos sobre a necessidade de formalização de processo licitatório prévio, para o fim de cumprimento do que dispõe o art. 37, XXI, da Lei 8.666/83.

PARECER:

Como dever, a licitação tem um sentido vinculante ao de regra. O que caracteriza uma regra é a sua predominância sobre outro modo de agir. A regra da licitação é uma regra de ação, preponderante. Ao configurar o dever, o constituinte foi claro e não deixou dúvidas em relação ao que desejava. A validade do contrato, como instituto jurídico, está diretamente relacionada ao cumprimento de um dever. Um dever que não pode ser afastado quer pela atividade legislativa, quer pela administrativa.

A licitação é um procedimento administrativo que se traduz em uma série de atos que obedecem a uma seqüência determinada pela Lei e tem por finalidade a seleção de uma proposta, de acordo com as condições previamente fixadas e divulgadas, em razão da necessidade de celebrar uma relação contratual. A licitação, assim, tem uma finalidade imediata e outra mediata. A imediata é a seleção de uma proposta vantajosa, segundo condições prévias e objetivamente fixadas. A mediata é a celebração do contrato.

O inciso XXI do art. 37 da Constituição diz que: "ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

A dispensa é autorizada pela Lei, ou em razão do valor (incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93), ou em razão da natureza do negócio pretendido (demais incisos do referido preceito legal).

Já a inexigência não é determinada em função de valor, mas exclusivamente em razão da natureza do negócio (art. 25, caput e incisos). A Lei considera inexigível a licitação quando a competição for inviável. A inviabilidade é absoluta ou presumida. É absoluta quando se reconhece a total inviabilidade de competição, vale dizer, ainda que se desejasse a eventual disputa seria impossível. A competição pressupõe, pelo menos, que haja duas ou mais pessoas em condições de disputar uma única coisa. Havendo somente uma pessoa em condições de oferecer o que o Poder Público deseja, não haverá competição.

Por outro lado, é presumida quando, embora seja viável a competição, a Lei presume inconveniente tal competição.

No caso em análise, a solicitação da SECRETARIA MUL. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, por não se enquadrar em nenhum dos casos de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, e verificando a viabilidade da competição para a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, conclui-se pela necessidade de realização de licitação prévia na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP, julgada pelo menor preço por item, objetivando futuras



GOVERNO MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – TO

CNPJ: 25.064.064/0001-87

AV. 21 de Abril, nº 1525 – Centro,

CEP: 77915-000-FONE: (63) 3437-1248



contratações de prestação de serviços de sonorização volante em divulgação de matéria de interesse dos órgãos ligado ao município de Cachoeirinha– TO, virtude da demanda existente pelo período de 12 (doze) meses.

É o parecer, SALVO MELHOR JUÍZO.

Cachoeirinha - TO, aos 09 dias do Mês de março de 2017.


RONEI FRANCISCO DINIZ ARAÚJO
OAB: 4158-TO
Assessoria Jurídica



GOVERNO MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – TO

CNPJ:25.064.064/0001-87

AV. 21 de Abril, nº 1525 – Centro,
CEP: 77915-000-FONE: (63) 3437-1248



AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 020/2017

O MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA, ESTADO DO TOCANTINS, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº 020/2017, tipo menor preço por item, a objetivando futuras contratações de prestação de serviços de sonorização volante em divulgação de matéria de interesse dos órgãos ligado ao município de Cachoeirinha– TO, com abertura das propostas previstas para o dia 30 de março de 2017, às 10h00min. na sede administrativa da Prefeitura Municipal, situada à Rua 21 de Abril nº 1525, Centro, Cachoeirinha - TO.

A presente licitação será processada e julgada em conformidade com as disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações, além das condições previstas na íntegra do Edital de Licitação, que estará disponível a partir do dia 15 de março de 2017, e poderá ser examinado e/ou adquirido no endereço acima. Informações pelo fone (63) 3437-1248.

Prefeitura Municipal de Cachoeirinha – TO, 09 de março de 2017.


Luana Nogueira Lopes
Pregoeira



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES DO TOCANTINS

AVISO DE LICITAÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES DO TOCANTINS, através do Pregoeiro Oficial designado pela Portaria nº 006/2017, torna público que fará licitação do tipo PREGÃO PRESENCIAL SRP PM-BAND nº 001/2017, tipo "MENOR PREÇO POR ITEMS". Objeto: fornecimento de combustível e seus derivados para os veículos que compõem a frota do Poder Legislativo deste Município, conforme especificações do Anexo I - Termo de Referência do Edital, a realizar-se no dia 28/03/2017 às 12h:00min. Mais informações: (63) 3432-1197.

Bandeirantes do Tocantins - TO, 13 de Março de 2017.

Jucelio Dantas de Macedo
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES DO TOCANTINS, através do Pregoeiro Oficial designado pela Portaria nº 006/2017, torna público que fará licitação do tipo PREGÃO PRESENCIAL SRP PM-BAND nº 002/2017, tipo "MENOR PREÇO POR ITEM". Objeto: Fornecimento de Mobiliários, Aparelhos e Utensílios em Geral, conforme especificações do Anexo I - Termo de Referência do Edital, a realizar-se no dia 29/03/2017 às 12h:00min. Mais informações: (63) 3432-1197.

Bandeirantes do Tocantins - TO, 13 de Março de 2017.

Jucelio Dantas de Macedo
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES DO TOCANTINS, através do Pregoeiro Oficial designado pela Portaria nº 006/2017, torna público que fará licitação do tipo PREGÃO PRESENCIAL SRP PM-BAND nº 003/2017, tipo "MENOR PREÇO POR ITEM". Objeto: Fornecimento de materiais de consumo e limpeza, bem como gêneros alimentícios para manutenção do Poder Legislativo, conforme especificações do Anexo I - Termo de Referência do Edital, a realizar-se no dia 30/03/2017 às 12h:00min. Mais informações: (63) 3432-1197.

Bandeirantes do Tocantins - TO, 13 de Março de 2017.

Jucelio Dantas de Macedo
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES DO TOCANTINS, através do Pregoeiro Oficial designado pela Portaria nº 006/2017, torna público que fará licitação do tipo PREGÃO PRESENCIAL SRP PM-BAND nº 004/2017, tipo "MENOR PREÇO POR ITEM". Objeto: Fornecimento de materiais de expediente para manutenção do Poder Legislativo, conforme especificações do Anexo I - Termo de Referência do Edital, a realizar-se no dia 31/03/2017 às 12h:00min. Mais informações: (63) 3432-1197.

Bandeirantes do Tocantins - TO, 13 de Março de 2017.

Jucelio Dantas de Macedo
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROLÂNDIA

REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL E TOMADA DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Barrolândia - TO, Fundo Municipal de Saúde e o Fundo Municipal de Assistência Social, mediante Pregoeira e equipe de apoio, torna Público o seguinte processo licitatório:

PREGÃO PRESENCIAL PMB Nº 001/2017, Prestação de Serviços de locação de veículos automotores, sendo 01 Caminhonete cabine dupla para prestar serviço junto ao Gabinete, 01 veículo tipo Van/ Kombi para prestar serviços junto à Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Barrolândia - TO. Com abertura de propostas prevista para o dia 28 de março de 2017, às 10h00min (horário local).

TOMADA DE PREÇO FMS Nº 001/2017: Contratação de médico clínico geral para atendimento no Programa Saúde da Família (PSF) 40 horas e Plantões, com abertura de propostas prevista para o dia 30 de Março de 2017, às 10h00min (horário local).

PREGÃO PRESENCIAL FMAS Nº 001/2017, Aquisições de gênero alimentício tipo (lanches, salgados, bolos, etc), destinados aos eventos do Fundo Municipal de Assistência Social de Barrolândia - TO. Com abertura de propostas prevista para o dia 28 de março de 2017, às 13h00min (horário local).

PREGÃO PRESENCIAL FMS 005/2017: Prestação de serviços de locação de Micro ônibus, tipo van de passageiros com teto alto, envidraçado com capacidade de 13 a 16 pessoas destinadas a atividades de apoio ao Fundo Municipal de Saúde de Barrolândia - TO. Com abertura de propostas prevista para o dia 28 de março de 2017, às 15h00min (horário local).

Local da Realização dos Certames: Prefeitura Municipal, situada na Av. Bernardo Sayão, nº 759, em Barrolândia/TO. O Edital e seus Anexos estarão disponíveis a todos os interessados na Prefeitura Municipal de Barrolândia - TO - Sala de licitações, no horário compreendido entre 07hs às 13hs. Mais informações através do Fone: (63) 3376-1153 / 3376-1510.

Barrolândia - TO, 14 de Março de 2017.

Naira Cavalcante dos Santos
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA, ESTADO DO TOCANTINS, mediante Pregoeiro e equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, na sede administrativa da Prefeitura Municipal de Cachoeirinha - TO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2017, ata de registro de preço objetivando futuras contratações de hospedagem e aquisição de refeição para atender a demanda da prefeitura e demais órgãos, com abertura das propostas previstas para o dia 30 de março de 2017, às 08:00 horas (horário de Brasília).

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017, ata de registro de preço objetivando futuras contratações de prestação de serviços de sonorização volante em divulgação de matéria de interesse dos órgãos ligado a Prefeitura Municipal de Cachoeirinha, com abertura das propostas previstas para o dia 30 de março de 2017, às 10:00 horas (horário de Brasília).

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017, objetivando contratação de assessoria e consultoria in loco no acompanhamento de projetos e programas educacionais junto a Secretaria de Municipal de Educação, com abertura das propostas previstas para o dia 30 de março de 2017, às 13:00 horas (horário de Brasília).

Cachoeirinha - TO, 09 de Março de 2017

LUANA NOGUEIRA LOPES
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE DARCINÓPOLIS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO nº 030/2017 - Contratante: Prefeitura Municipal de Darcinópolis. Contratado: Scala Engenharia e Construção Eireli - ME CNPJ nº 20.700.382/0001-73. Objeto: Contratação de Serviços de Eng. Civil. Modalidade: Pregão Presencial nº 07/2017. Dotação Orçamentária: 04.122.0052.2.007. Elemento de Despesa: 3.3.90.39. Valor: R\$ 20.000,00. Prazo de Vigência: 10 meses. Representante Contratante: Jackson Soares Marinho. Representante Contratado: Victor Cesar Bernasconi. Data Assinatura: 10/03/2017

CONTRATO nº 029/2017 - Contratante: Prefeitura Municipal de Darcinópolis. Contratado: NCV Serviços Educacional & Administrativa Ltda CNPJ nº 05.905.817/0001-22. Objeto: Contratação de Consultoria Administrativa em Gerenciamento de Licitações Modalidade: Pregão Presencial nº 07/2017. Dotação Orçamentária: 04.122.0052.2.007. Elemento de Despesa: 3.3.90.35. Valor: R\$ 40.000,00. Prazo de Vigência: 10 meses. Representante Contratante: Jackson Soares Marinho. Representante Contratado: Clayton Paulo Rodrigues. Data Assinatura: 10/03/2017



GOVERNO MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – TO

CNPJ: 25.064.064/0001-87

AV. 21 de Abril, nº 1525 – Centro,
CEP: 77915-000-FONE: (63) 3437-1248



CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

CERTIFICO, para os devidos fins, que o ato convocatório do PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 020/2017, Tipo menor preço por item, objetivando futuras contratações de prestação de serviços de sonorização volante em divulgação de matéria de interesse dos órgãos ligado ao município de Cachoeirinha– TO Foi devidamente publicado no Placar de avisos desta Prefeitura, conforme determinam a Lei nº 10.520/2002 e ainda no que dispõe a Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993.

Cachoeirinha – TO, 15 de março de 2017.


EDIVALDO PAULINO

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

FRANCISCO CARDOSO NETO

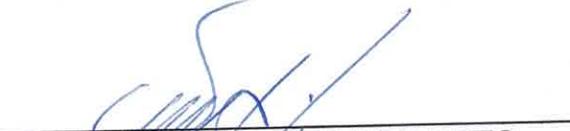
CNPJ: 27.040.337/0001-89



CRENCIAMENTO

A Empresa FRANCISCO CARDOSO NETO, CNPJ nº 27.040.337/0001-89, com sede à Rua Conego João Lima, Nº1745 Bairro Centro CEP: 77.915-000 CACHOEIRINHA-TO neste ato representada pelo proprietário Senhor (FRANCISCO CARDOSO NETO, RG: 1.456.406, CPF: 096.384.153-04, Brasileiro, e endereço: Rua Conego João Lima, Nº1745 Bairro Centro CEP: 77.915-000 Cachoeirinha-TO, a quem confere(m) amplos poderes para junto a Prefeitura Municipal de Cachoeirinha (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de pregão presencial srp nº 020/2017 (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).

CACHOEIRINHA-TO 28 de Março de 2017.


FRANCISCO CARDOSO NETO
CNPJ: 27.040.337/0001-89





Rua Conego João Lima, Nº1745 Bairro Centro CEP: 77.915-000

20/02/2017



Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

Identificação

Nome Empresarial

FRANCISCO CARDOSO NETO 09638415304

Nome do Empresário

FRANCISCO CARDOSO NETO

Nome Fantasia

SERVI-CAR

Capital Social

10.000,00

Nº da Identidade

1456406

Órgão Emissor

SSP

UF Emissor

PI

CPF

096.384.153-04

Condição de Microempreendedor Individual

Situação Cadastral Vigente

ATIVO

Data de Início da Situação Cadastral Vigente

06/02/2017

Números de Registro

CNPJ

27.040.337/0001-89

NIRE

17-8-0067361-6

Endereço Comercial

CEP

77915-000

Logradouro

RUA RUA CONEGO JOAO LIMA

Número

1745

Bairro

CENTRO

Município

CACHOEIRINHA

UF

TO

Ponto de Referência

PROXIMA A IGREJA CATOLICA

Atividades

Data de Início de Atividades

06/02/2017

Código da Atividade Principal

73.19-0/99

Descrição da Atividade Principal

Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente

Código da Atividade Secundária

- | Código da Atividade Secundária | Descrição da Atividade Secundária |
|--------------------------------|---|
| 1 81.22-2/00 | Imunização e controle de pragas urbanas |
| 2 38.11-4/00 | Coleta de resíduos não-perigosos |
| 3 74.20-0/01 | Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina |
| 4 47.89-0/05 | Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários |
| 5 32.99-0/03 | Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos |
| 6 18.13-0/99 | Impressão de material para outros usos |

Descrição da Atividade Secundária

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório - declaração prestada no momento da inscrição:

Declaro, sob as penas da Lei, que conheço e atendo os requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para emissão do Alvará de Licença e Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos. O não-atendimento a esses requisitos acarretará o cancelamento deste Alvará de Licença e Funcionamento Provisório.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: <http://www.portaldoeempreendedor.gov.br/>
 Certificado emitido com base na Resolução nº 16, de 17 de dezembro de 2009, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM.
 ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
 Para pesquisar a inscrição estadual e/ou municipal (quando convenientes do cadastro sincronizado nacional), informe os elementos abaixo no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/fcpi/consulta.asp>



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 27.040.337/0001-89 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 06/02/2017
NOME EMPRESARIAL FRANCISCO CARDOSO NETO 09638415304			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SERVI-CAR			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos 74.20-0-01 - Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina 47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários 32.99-0-03 - Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos 18.13-0-99 - Impressão de material para outros usos			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO R RUA CONEGO JOAO LIMA		NÚMERO 1745	COMPLEMENTO
CEP 77.915-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CACHOEIRINHA	UF TO
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (63) 9959-7926	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 06/02/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **27/03/2017** às **10:07:59** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 27/03/2017

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1.456.406 NOME 14.03.1994

FRANCISCO CARDOSO NEID

Spol. Cardoso da Silva
Ana Maria José

Castelo d/Piauí-PI 20.nov.1994

Nasctº 7001, liv. A-15, fls. 259, Exp.
em Castelo d/Piauí-PI, 19.03.57

REPÚBLICA REPUBLICANA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO - SÃO DEDEUS MARTINS

PREFETURA
Fls.
Rubrica.
CACHOEIRINHA-TO

IMAGEM DE IDENTIFICAÇÃO

CARRTEIRA DE IDENTIDADE

CPF

096.384.153-04

CONFERE COM O ORIGINAL
CACHOEIRINHA-TO EM

29 / 03 / 2017

ASSINATURA

Luana N. Lopes
Pregoeira Oficial
Portaria nº 002/2017

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

STUDIO FALCON

PRODUÇÕES E EVENTOS

CNPJ: 26.852.471/0001-11



CRENCIAMENTO

A Empresa LUIZ CARLOS FALCAO ALVES, Inscrito no CNPJ nº 26.852.471/0001-11, com sede à Rua Pedro Ramos, S/N Casa Bairro: Centro CEP: 77.958-00 SAO Bento do Tocantins-TO neste ato representada pelo proprietário Senhor LUIZ CARLOS FALCAO ALVES, Inscrito no RG: 806.298 e no CPF: 669.874.312-72, Brasileiro, casado residente no endereço: Rua Pedro Ramos, S/N Casa Bairro: Centro CEP: 77.958-00 SAO Bento do Tocantins-TO, a quem confere(m) amplos poderes para junto a Prefeitura Municipal de Cachoeirinha (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de pregão presencial srp nº 020/2017 (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).

São Bento do Tocantins-TO 29 de Março de 2017.



LUIZ CARLOS FALCAO ALVES
CNPJ: 26.852.471/0001-11





Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

Identificação

Nome Empresarial

LUIS CARLOS FALCAO ALVES 66987431272

Nome do Empresário

LUIS CARLOS FALCAO ALVES

Nome Fantasia

STUDIO FALCON PRODUCOES E EVENTOS

Capital Social

10.000,00

Nº da Identidade

806298

Órgão Emissor

SSP

UF Emissor

TO

CPF

669.874.312-72

Condição de Microempreendedor Individual

Situação Cadastral Vigente

ATIVO

Data de Início da Situação Cadastral Vigente

12/01/2017

Numeros de Registro

CNPJ

26.852.471/0001-11

NIRE

17-8-0066228-2

Endereço Comercial

CEP

77958-000

Logradouro

RUA PEDRO RAMOS

Número

S/N

Complemento

CASA

Bairro

CENTRO

Município

SAO BENTO DO TOCANTINS

UF

TO

Ponto de Referência

AO LADO FARMACIA SAO BÊNTO

Atividades

Data de Início de Atividades

12/01/2017

Código da Atividade Principal

73.19-0/99

Descrição da Atividade Principal

Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente

Código da Atividade Secundária

1 82.30-0/01

2 96.09-2/99

3 77.39-0/03

Descrição da Atividade Secundária

Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente
Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório - declaração prestada no momento da inscrição:

Declaro, sob as penas da Lei, que conheço e atendo os requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para emissão do Alvará de Licença e Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos. O não-atendimento a esses requisitos acarretará o cancelamento deste Alvará de Licença e Funcionamento Provisório.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço:

<http://www.portaldomeendedor.gov.br/>

Certificado emitido com base na Resolução nº 16, de 17 de dezembro de 2009, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Para pesquisar a inscrição estadual e/ou municipal (quando convenientes do cadastro sincronizado nacional), informe os elementos abaixo no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/fcpj/consulta.asp>

Número do Recibo: ME03688791

Número do Identificador: 26852471000111

Data de Emissão:

16/01/2017



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ITOCANTINS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

CARTERA DE IDENTIDADE

Luís Carlos Falcão Alves

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 608.296

DATA DE EMISSÃO: 09/09/2002

NOME: LUÍS CARLOS FALCÃO ALVES

FILIAÇÃO: RAIMUNDO ALVES LIRA JUARITA FALCÃO ALVES

UNIDADE: ARAQUATINS-TO

DATA DE NASCIMENTO: 02/09/1980

CPF: 11022

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

ASSINATURA DO TITULAR

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome: LUÍS CARLOS FALCÃO ALVES

Nº de Inscrição: 608074312-72

Data de Nascimento: 02/09/80

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, sendo exigível por imposto, sobre qual é dada provisão no Regulamento vigente.

Luís Carlos Falcão Alves

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emissão em: 05/06/98

CONFIRMAR COM ORIGINAL

CACHOEIRINHA-TO EM
29/03/2017
ASSINATURA: *Luana N. Lopes*
Protegeira Oficial
Secretaria nº 002/2017

Luís Carlos Falcão Alves

Luís Carlos Falcão Alves



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 26.852.471/0001-11 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 12/01/2017
NOME EMPRESARIAL LUIS CARLOS FALCAO ALVES 66987431272		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) STUDIO FALCON PRODUcoes E EVENTOS		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 96.09-2-99 - Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente 77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)		
LOGRADOURO R PEDRO RAMOS	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO CASA
CEP 77.958-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO BENTO DO TOCANTINS
ENDEREÇO ELETRÔNICO studiofalcon16@gmail.com	TELEFONE (63) 9920-6919	UF TO
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 12/01/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 16/03/2017 às 16:39:09 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 16/03/2017

FRANCISCO CARDOSO NETO

CNPJ: 27.040.337/0001-89



PROPOSTA DE PREÇOS

NOME DA EMPRESA: FRANCISCO CARDOSO NETO

ENDEREÇO: Rua Conego João Lima, Nº1745 Bairro Centro CEP: 77.915-000

CIDADE: Cachoeirinha **ESTADO:** Tocantins

CNPJ N.: 27.040.337/0001-89

Referente: **Pregão Presencial n.º 020/2017**

A presente proposta tem como objeto a prestação do(s) item(s) abaixo discriminado(s), de acordo com as especificações constantes do edital licitatório referente ao pregão em epígrafe.

Item	Descrição do Objeto	Quant	Valor unitário	Valor total
01	Serviço de sonorização volante com capacidade entre 50 a 65 decibéis, com disponibilidade de no mínimo 01 veículo para realização dos serviços.	800 h	40	32.000,00

O valor total da presente proposta é de **R\$: 32.000,00(trinta e dois mil reais)**.

Prazo de validade da proposta: 60(sessenta) dias, contados à partir da data de entrega da proposta.

Atenciosamente.

CACHOEIRINHA-TO 28 de Março de 2017.



FRANCISCO CARDOSO NETO
CNPJ: 27.040.337/0001-89

Rua Conego João Lima, Nº1745 Bairro Centro CEP: 77.915-000

STUDIO FALCON

PRODUÇÕES E EVENTOS

CNPJ: 26.852.471/0001-11



PROPOSTA DE PREÇOS

NOME DA EMPRESA: LUIZ CARLOS FALCAO ALVES
ENDEREÇO: Rua Pedro Ramos, S/N Casa Bairro: Centro.
CIDADE: Bento do Tocantins **ESTADO:** Tocantins
CNPJ: 26.852.471/0001-11

Referente: **Pregão presencial srp n.º 020/2017**

A presente proposta tem como objeto a prestação do(s) item(s) abaixo discriminado(s), de acordo com as especificações constantes do edital licitatório referente ao pregão em epígrafe.

Item	Descrição do Objeto	Quant	Valor unitário	Valor total
02	Prestação de serviços de Sonorização para cobrir Eventos e de difusão cultural no município de Cachoeirinha/TO.	150 h	125	18.750,00
03	Gravação de spoiler no formato MP3.	80 Uni	50	4.000,00

O valor total da presente proposta é de **R\$: 22.750,00 (vinte dois mil setecentos e cinquenta reais)**.

Prazo de validade da proposta: 60(sessenta) dias, contados à partir da data de entrega da proposta.

Atenciosamente.

São Bento do Tocantins-TO 29 de Março de 2017.


LUIZ CARLOS FALCAO ALVES
CNPJ: 26.852.471/0001-11









Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

Identificação

Nome Empresarial

FRANCISCO CARDOSO NETO 09638415304

Nome do Empresário

FRANCISCO CARDOSO NETO

Nome Fantasia

SERVI-CAR

Capital Social

10.000,00

Nº da Identidade

1456406

Órgão Emissor

SSP

UF Emissor

PI

CPF

096.384.153-04

Condição de Microempreendedor Individual

Situação Cadastral Vigente

ATIVO

Data de Início da Situação Cadastral Vigente

06/02/2017

Números de Registro

CNPJ

27.040.337/0001-89

NIRE

17-8-0067361-6

Endereço Comercial

CEP

77915-000

Logradouro

RUA RUA CONEGO JOAO LIMA

Número

1745

Bairro

CENTRO

Município

CACHOEIRINHA

UF

TO

Ponto de Referência

PROXIMA A IGREJA CATOLICA

Atividades

Data de Início de Atividades

06/02/2017

Código da Atividade Principal

73.19-0/99

Descrição da Atividade Principal

Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente

Código da Atividade Secundária

- 1 81.22-2/00
- 2 38.11-4/00
- 3 74.20-0/01
- 4 47.89-0/05
- 5 32.99-0/03
- 6 18.13-0/99

Descrição da Atividade Secundária

- Imunização e controle de pragas urbanas
- Coleta de resíduos não-perigosos
- Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina
- Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários
- Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos
- Impressão de material para outros usos

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório - declaração prestada no momento da inscrição:

Declaro, sob as penas da Lei, que conheço e atendo os requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para emissão do Alvará de Licença e Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos. O não-atendimento a esses requisitos acarretará o cancelamento deste Alvará de Licença e Funcionamento Provisório.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: <http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br/>

Certificado emitido com base na Resolução nº 16, de 17 de dezembro de 2009, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Para pesquisar a inscrição estadual e/ou municipal (quando convenientes do cadastro sincronizado nacional), informe os elementos abaixo no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/fopi/consulta.asp>